

A IMPORTÂNCIA DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DE MACAU E GUAMARÉ/RN

MARIANA SILVA FURTADO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
brasil@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente trabalho trata de um estudo sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), localizada nos municípios de Macau e Guimarães/RN. O objetivo é compreender a importância desta reserva na proteção ambiental de sua área e para as comunidades locais. Faz-se necessário compreender todo o processo de criação da Reserva através da luta comunitária contra a cobiça, além de levantar questionamentos sobre o turismo comunitário ecológico, economia local, como por exemplo, a pesca artesanal como principal atividade econômica da região, os órgãos responsáveis pelo cuidado e fiscalização da Reserva, entre outros

aspectos relevantes na pesquisa. Como procedimentos metodológicos foram utilizados estudos bibliográficos, visita in loco e entrevistas semiestruturadas com voluntários do Projeto Barco Solidário, representante de ONG's e funcionários do Ecoposto – sede administrativa da Reserva ligada ao IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente. Diante dos resultados desse estudo pudemos perceber a importância da população como fator responsável pela proteção do meio ambiente local, consciente de seus direitos e seus deveres para com a natureza, como também os aspectos positivos e negativos em torno da criação e funcionamento da RDSEPT.

PALAVRAS-CHAVE: proteção ambiental – comunidade – turismo – pesca artesanal

THE IMPORTANCE OF THE STATE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PONTA DO TUBARÃO RESERVE IN THE ENVIRONMENTAL PRESERVATION OF THE COUNTIES OF MACAU AND GUAMARÉ/RN

ABSTRACT

The present work deals with a study about the State Sustainable Development Ponta do Tubarão Reserve (RDSEPT), located in the counties of Macau and Guimarães / RN. The purpose is to understand the importance of this reserve in the environmental protection of its area and to the local communities. It is necessary to realize the whole process of creation of the Reserve through the community contest against greed, as well as raising questions about ecological community tourism, local economy, such as artisanal fishing as the main economic activity of the region, for the care and inspection of the Reserve, among other relevant aspects

in the research. Methodological procedures included bibliographic studies, on - site visits and semi - structured interviews with volunteers from the Barco Solidário Project, NGO representatives and Ecoposto employees - administrative headquarters of the Reserve linked to Institute for the Sustainable Development of the Environment (IDEMA). Analyzing the results of this study, we could see the importance of this population as a responsible factor for the protection of the local environment, aware of its rights and its duties towards nature, as well as the positive and negative aspects surrounding the creation and operation of RDSEPT.

KEYWORDS: Environmental Protection - Community - Tourism - Artisanal Fishing

1 INTRODUÇÃO

O Ministério do Meio Ambiente exprime a importância de que “A fauna e a flora, os rios, os mares, as montanhas. Cada um dos elementos da natureza tem um papel a desempenhar. E para que isso ocorra é preciso haver equilíbrio”, diante dessa afirmativa, reafirmamos a necessidade de proteger o nosso meio ambiente, que com o passar do tempo vem sendo destruído pelas ações do homem, ainda que estas ações tenham sido em prol da necessidade de ocupação humana, nada pode justificar as inúmeras formas destrutivas e sem nenhum cuidado com a natureza, utilizadas desde então.

“Nosso país é considerado megabiodiverso. Aqui se encontra uma grande variedade de espécies da fauna e da flora, compondo importantes ecossistemas que nos proporcionam um dos melhores climas do mundo, água pura e em grande quantidade, terras férteis e paisagens paradisíacas” (MMA, 2018).

Foi pensando nessa necessidade de proteger áreas naturais que o governo brasileiro, há exatos 10 anos, através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional da Conservação da Natureza (SNUC) que é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Esta lei é considerada um grande avanço a criação e gestão das Unidades de Conservação (MMA, 2018).

As Unidades de Conservação podem ser entendidas como áreas naturais que precisam de proteção ambiental. As Unidades de Conservação estão divididas em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. De acordo com o MMA (2018), as Unidades de Proteção Integral tem como objetivo principal a proteção da natureza, com regras e normas mais restritivas, sendo classificadas como: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre. Em relação as Unidades de Uso Sustentável, o MMA cita que elas são áreas de conciliação entre conservação da natureza e uso sustentável de recursos naturais e que dentro delas podem ser utilizados o uso de recursos naturais desde que este sejam perenes, ou seja, recursos ambientais renováveis.

O objetivo das Unidades de Conservação, entre outros, exprime a preservação da fauna, da flora e dos recursos hídricos; a recuperação de ecossistemas degradados; e promoção de desenvolvimento sustentável.

Este trabalho trata sobre uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável específica, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, localizada nos municípios de Macau e Guamaré/RN. O objetivo é trazer a análise da importância dessa reserva para a proteção do meio ambiente local e comunidades destes municípios, compreendendo a dinâmica das ações de ecoturismo, o trabalho de minimização dos impactos ambientais, as atividades de pesca e carcinicultura e suas influencias negativas e positivas para o ambiente local.

2 A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO (RDSEPT)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão está localizada entre os municípios de Macau e Guimarães e abrange uma área de aproximadamente 12.940 hectares, dentro dela estão inseridas 06 (seis) comunidades tradicionais: Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho, pertencentes a Macau; Mangue Seco I e II e Lagoa Doce, pertencentes à Guimarães.

A RDSEPT foi criada pela Lei nº 8.349 de 18 de julho de 2003, que a definiu como “uma área protegida para buscar a conservação do ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais, criada através dos esforços da população caiçara” (GUEDES ET AL, 2017). Esta perspectiva ocorreu quando por volta de 1995 as comunidades de Diego Lopes e Barreiras sofreram com ataques criminosos à população, onde ranchos foram queimados a mando de sócios da empresa Participações e Administração Ltda (PPE), que segundo Nobre (2005)

(...) solicitou ao Delegado do Patrimônio da União o aforamento de uma área de mais de 1300 hectares, localizada na restinga Ponta do Tubarão, nas comunidades de Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, a fim de construir empreendimentos hoteleiros; para tanto, empregou um serviço de vigilância para proteger a área contra os próprios moradores do lugar e queimou ranchos de pescadores, configurando, dessa maneira, a posse material da terra.

Esse fato revoltou não somente pescadores como quase toda a população das comunidades. As mobilizações começaram a ocorrer através de pichações em muros locais, seguindo com denúncias a autoridades públicas, órgãos públicos, delegacias de polícia civil e patrimonial e imprensa escrita e foi a partir destes fatos que começou-se a pensar em criar uma APA (Associação de Preservação Ambiental).

Ainda segundo Nobre, nos anos 2000 a população de Diogo Lopes foi surpreendida novamente pela cobiça, desta vez por empresários do ramo de carcinicultura, que devastaram e queimaram cerca de 60.000 m² de manguezal. O objetivo deles seria implantar projetos de criação de camarão, a carcinicultura. Quando a população descobriu, mais uma vez se mobilizou, indo até o local e impedindo a continuidade da agressão, e desta vez denunciando a órgãos de proteção ambiental como o IBAMA e o IDEMA, solicitando-os de imediato a criação de uma APA.

Fora necessário a união da população, através de associações comunitárias locais, escolas, paróquia e pastorais na realização de eventos com o intuito de chamar a atenção de comunidades locais. Ainda de acordo com Nobre (2005) foi-se em busca de "apoio da comunidade científica, dos órgãos ambientais governamentais e não governamentais, poder judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Procuradoria do Direito do cidadão para discutirem a criação dessa área de preservação." A partir daí foi criado em 2001 um evento

intitulado de “I Encontro Ecológico de Diogo Lopes e Barreiras em defesa do nosso futuro” sendo este apenas o primeiro de muitos. Esses foram os primeiros passos dados antes da criação da RDSEPT com a Lei nº 8.349 de 18 de julho de 2003.

Diante desses fatos, é que se percebe o quão é importante ter a conscientização cidadã em prol da defesa do nosso meio ambiente. Apesar da criação da RDSEPT ter tido seu processo iniciado apenas depois desses tristes acontecimentos, as mobilizações sociais significaram um marco histórico e referencial para os municípios, estado e país. “O resultado disso foi a criação da RDS Ponta do Tubarão, conforme vimos, para a manutenção do território e para a preservação dos seus modos tradicionais de vida.” (NOBRE, 2005).

A RDSEPT tem como princípio, desempenhar seu papel na proteção da natureza, na manutenção da diversidade biológica e no abrigo das populações tradicionais que dependem da exploração sustentável dos recursos naturais, compreendendo que preservação ambiental é uma busca incessante da proteção da natureza das ações predatórias do homem.

Destacamos a importância da preservação da natureza, não somente para manutenção da nossa fauna, flora e recursos naturais, como também na utilização equilibrada pelas populações.

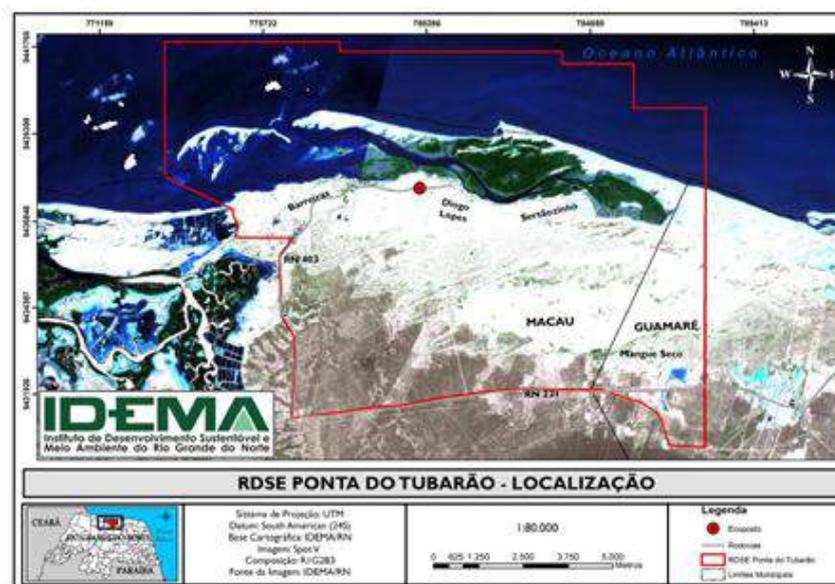


Figura 1 - Mapa de Limites da RDS Estadual Ponta do Tubarão Fonte: IDEMA

A RDS Estadual Ponta do Tubarão procura resguardar o modo de vida tradicional e assegurar atividades baseadas em sistema sustentável de exploração de recursos naturais (SILVA, 2018). Segundo o IDEMA e de acordo com o Art. 2º da Lei nº 8.349 a reserva “tem como objetivo preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e

aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações (...).”.

A criação da RDSEPT veio ao menos minimizar os impactos ambientais já causados anteriormente à criação da reserva, ao mesmo tempo em que se procura administrar impactos negativos futuros ao meio ambiente (fauna e flora) e conseqüentemente as comunidades locais.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho se baseou na análise de material bibliográfico referente á área de estudo, além de coleta de dados colhidos por meio de observações, visita in loco e entrevistas com voluntários, de maneira a conhecer, distinguir e analisar elementos relevantes ao tema. Sendo assim, a pesquisa foi dividida nas seguintes etapas: a primeira ocorreu por meio de levantamento de informações realizados através das pesquisas bibliográficas em artigos, teses, sites oficiais; a segunda foi a visita in loco na RDS Estadual Ponta do Tubarão, com o objetivo de adquirir informações por meio de entrevistas não estruturadas com os voluntários da Comissão de Justiça e Paz e do Projeto Barco Solidário e com funcionários do Ecoposto sobre a importância da RDS para a comunidade local e meio ambiente; e por último realizar a análise e interpretação das informações coletadas na bibliografia e em pesquisa de campo.

4 CARACTERIZAÇÃO DA RDS ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO

A RDS Estadual Ponta do Tubarão, "abrange quase 13 mil hectares, sendo constituída de um ecossistema formado por mar, estuário, manguezal, dunas, restinga e caatinga" (NOBRE, 2005). Esta reserva, resultado de lutas sociais é uma conquista para as comunidades locais, tendo como objetivos: preservar os recursos naturais e dar sustentabilidade a população local.

Em relação aos aspectos climáticos, a reserva possui clima semiárido, caracterizado por um clima quente e úmido com chuvas no verão e precipitações máximas no outono, com períodos mais chuvosos nos meses de março a abril. Esse clima esse é predominante na região a qual está localizada.

A principal atividade econômica da Reserva é a pesca artesanal. Dentre as comunidades que fazem parte da RDSEPT as que se classificam como pesqueiras são: Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, pertencentes ao município de Macau/RN, embora a economia também esteja baseada na agricultura de subsistência nas outras comunidades (SILVA, 2018). Além dessas atividades, o setor do funcionalismo público e comércio também contribuem para a geração de renda das comunidades. A atividade de carcinicultura na região existe, porém apenas no entorno da Reserva, não prejudicando este patrimônio.

É importante ressaltar também a importância do turismo ecológico nas Unidades de Conservação, uma vez que elas estão relacionadas com a manutenção do patrimônio natural, com os ambientes físicos onde estão inseridos e pela busca da preservação do patrimônio histórico e cultural das comunidades. Segundo Cunha “As interações ecoturismo-UC são muitas e os resultados podem ser satisfatórios tanto para os visitantes quanto para as comunidades das unidades de conservação. Basta para isso um bom planejamento, análises e engajamento do poder público e das comunidades”. (2006, p. 24)

A RDSEPT sendo uma reserva de uso sustentável abrange importância para o turismo comunitário ecológico, esta prática gera renda e oportunidade de trabalho, além de expandir a conservação ambiental, possibilitando o turismo na região com o mínimo de impacto ambiental possível. Porém para que essa prática de turismo é necessário um plano de manejo devidamente estruturado e implementado.

Vale salientar que no ano de 2010, ocorreu uma seleção pública do Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania, e o Projeto Rede Cidadã no Barco Solidário foi um dos selecionados, este projeto propunha a implantação de uma infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da pesca, do turismo comunitário e do fomento do artesanato. A parte de capacitação foi realizada com parceria do IFRN - Campus Macau e esta qualificação contemplou a administração dos serviços e negócios do projeto pela gestão democrática, a melhoria da qualidade dos serviços e produtos, assegurando a possibilidade de sua ampliação e a comercialização no mercado.

Este espaço foi construído a partir do interesse da comunidade e uma das ONG's responsáveis por essa criação foi a Comissão de Justiça e Paz com sede em Diogo Lopes, que tem como objetivos desenvolver atividades de preservação do meio ambiente e garantir os direitos do ser humano. A sede do “Nosso Barco” assim denominada também se localiza na comunidade de Diogo Lopes, e entre suas funções promove o turismo comunitário, agendando visitas e organizando passeios terrestres (trilhas das dunas, trilhas das falésias e trilha dos olheiros próximos aos bancos de mangue) e aquáticos (rios, costa e restinga); dinamiza a cadeia de pesca fazendo ponte com os pescadores e intermediando a comercialização de alguns pescados; incentiva a produção e o comércio de artesanato local.

O trabalho direcionado pelo Nosso Barco é autossustentável, uma vez que é organizado por voluntários e sua arrecadação financeira é gerada principalmente pela venda destes passeios e destinada a pagamento de terceirizadas (como exemplo o restaurante que oferece almoço aos visitantes que compram o pacote de passeios e, aluguel de barcos), e o pagamento de despesas como luz, energia elétrica, internet e telefone, ou seja, a intenção da instituição é apenas manter o espaço funcionando para melhor atender a necessidade da comunidade.



Figura 2 -Trilha dos Olheiros



Figura 3- Trilha das Falésias



Figura 4 - Trilha Aquática

Fonte: Rede Cidadã no Barco Solidário

A Reserva tem uma sede administrativa e de centralização do IDEMA denominada de Ecoposto, que serve para apoiar as ações referente a RDSEPT. O Ecoposto está localizado nas margens da RN 403, entre as comunidades de Barreiras e Diogo Lopes, formado pelo conjunto de três prédios: a própria sede administrativa - o espaço para reuniões do Conselho Gestor, promoção de oficinas e onde consta seu acervo bibliográfico, do qual fazem parte monografias e artigos deixados por pesquisadores sobre a Reserva; uma casa do pesquisador - local de incentivo e de apoio para hospedagens de pesquisadores que desejam estudar sobre a RDSEPT - e um alojamento da Companhia Independente de Proteção Ambiental – CIPAM, órgão este que ajuda no processo de fiscalização da Reserva.



Figura 5 – Ecoposto Fonte: IDEMA

O Art. 6º da Lei nº 8.349 de 18 de julho de 2003, constituiu o Conselho Gestor da RDSEPT, este Conselho possui instância deliberativa para o planejamento estratégico da unidade, e é formado por entidades do poder público, representante do setor produtivo, instituições de Ensino Superior e representantes da sociedade civil. O Conselho possui Regimento Interno próprio e tem como alguns dos seus objetivos: definir políticas e diretrizes para o planejamento da gestão da Reserva, propor o zoneamento ambiental e o plano de manejo da reserva, estimular a consciência ecológica, dentre outros.

Segundo o IDEMA, existe a fiscalização e monitoramento de maneira rotineira na Reserva, que consiste em visitas para acompanhar as atividades de uso e ocupação do solo, acompanhamento da vegetação e fauna local. Entre os órgãos fiscalizadores, além do próprio IDEMA, temos o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e a CIPAM – Companhia Independente de Proteção Ambiental. Mas a população local também pode contribuir nesse processo de fiscalização, realizando anonimamente denúncias de crimes e infrações ambientais, essas denúncias também podem ser direcionadas a SPU – Secretaria do Patrimônio da União.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se discutir a importância da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão para a proteção do meio ambiente local, levamos em consideração alguns viés de investigação como: as atividades econômicas da população local, o turismo ecológico comunitário e a dinâmica do cuidado com o meio ambiente por meio de órgãos públicos.

A realização de visita in loco e conversas direcionadas com membros da comunidade voluntários da Reserva, funcionários de órgãos públicos, Organização Não Governamental CJP – Comissão de Justiça e Paz e Conselho Gestor, foi fundamental para compreender o beneficiamento desta Reserva para região a qual está inserida e eventuais problemas surgidos no processo de cuidado para com a mesma.

Ao contrário do que se pensa, as UC não são espaços intocáveis! A grande maioria dos usos e da exploração de recursos naturais permitidos nas UC brasileiras prevê e potencializa atividades que contribuem para a geração de renda, emprego, aumento da qualidade de vida e o desenvolvimento do país, sem prejuízo à conservação ambiental. Entretanto, a classificação criada pelo SNUC para os tipos de áreas protegidas baseia-se na necessidade específica de conservação da biodiversidade para cada área, dando maior enfoque ao aspecto ecológico. (MMA, 2012)

É sabido que os municípios de Macau/RN e Guamaré/RN possuem riquezas naturais que são carentes de proteção, dentre elas a parte que culmina na RDSEPT. A criação da Reserva em 2003 veio como um pontapé inicial trazer um novo olhar em relação ao cuidado com nosso meio ambiente, a parte interessante é que esta situação surgiu da necessidade de luta da própria população.

Na Conferência Eco-92, realizada no Rio de Janeiro pela ONU – Organização das Nações Unidas ficou estabelecidos alguns **princípios básicos** sobre o desenvolvimento sustentável global, dentre eles que os seres humanos “têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” e que “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste”.

Partindo desses princípios, vimos que é papel do homem proteger o seu ambiente de forma que garanta condições melhores de vida para suas gerações futuras, essa consciência ecológica não é apenas dever do Estado e sim de toda humanidade.

Podemos observar durante o estudo realizado na RDSEPT que a Reserva comuna numa estrutura que consolida o cuidado com a natureza, e que a participação da população é de extrema importância para continuidade desse caminho. Em visita a algumas dessas comunidades, identificamos que o modo de vida local é muito simples, boa parte da população tem uma economia de subsistência, e a pesca artesanal é a principal delas. De acordo com nossas pesquisas, vimos que os pescadores tem consciência que respeitar a

natureza é essencial, inclusive para que possam continuar com suas atividades, e que foi justamente essa falta de cuidado que prejudicou a pesca de alguns crustáceos, por exemplo, como a lagosta, que atualmente é bem mais difícil de ser encontrada, a diminuição de seu cardume foi causado pela pesca predatória e sem respeito à época do defeso.

Outro fato a ser notado é que o turismo ecológico ainda está muito restrito, por ser uma Unidade de Conservação se faz necessário uma articulação melhor quanto a essa dinâmica, a falta de divulgação inclusive local, ou mesmo de informações por parte dos próprios moradores contribui para que este processo seja falho. Uma boa articulação seria a realização de parcerias com escolas locais e circunvizinhas, pois seria importante desenvolver a consciência ecológica desde cedo na comunidade. Apesar da Reserva ter completado 15 anos de criação, o turismo ainda não despontou na região a ponto de atingir cidades vizinhas e mesmo as cidades a qual a RDSEPT pertencem, pois não se divulgam e/ou articulam meios para que de fato isso ocorra.

Esta situação poderia ser no mínimo parcialmente resolvida com a implementação do Plano de Manejo da Reserva. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente “Após a criação de uma UC, o plano de manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos. Toda UC deve ter um plano de manejo, que deve ser elaborado em função dos objetivos gerais pelos quais ela foi criada”, porém informações coletadas com representante do Conselho Gestor, é de o plano da RDSEPT nunca foi implementado, embora recentemente o mesmo tenha passado por reformulação através de parcerias com a UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e UFRSA- Universidade Federal Rural do Semiárido, e teria sido apresentado no meio deste ano ao Conselho Gestor sendo aprovado. É de conhecimento também que após isso, ocorreram oficinas nas comunidades da Reserva, onde mostrou-se o passo a passo do plano, constando o diagnóstico da Reserva e as áreas passíveis e possíveis do uso do manejo, porém o mesmo precisa ainda passar pela avaliação do CONEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, para poder ser disponibilizado e de fato implementado.

A RDSEPT apesar de toda mobilização popular apresenta pontos negativos a serem explanados, entre eles, justamente a falta de implementação do Plano de Manejo, ausência de participação eficaz da gestão pública e da população, e ainda encontramos alguns funcionários despreparados trabalhando no Ecoposto segundo um de nossos entrevistados. A contratação dos mesmos deveria levar em consideração no mínimo conhecimento de causa da Reserva, mas infelizmente acontece por viés político.

É notório e não podemos deixar de considerar que a criação da Reserva, o projeto Barco Solidário, o respeito da comunidade para com o meio ambiente foi um grande passo para a dinamização do cuidado com a natureza, mas ainda se faz necessário uma reavaliação do uso e importância da Reserva, além de incentivo público e um maior engajamento social para ofertar melhores condições de se trabalhar com essa estrutura natural tão importante para a comunidade local, estadual e nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado sobre a importância da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, o mesmo nos proporcionou uma reflexão sobre o cuidado para com a natureza exprimido por aquela população local, uma vez que se não tivesse acontecido a mobilização social para acabar com a especulação imobiliária e expulsar os empresários da carcinicultura, hoje provavelmente não existiria um meio ambiente natural para contar história, além de que a própria população talvez nem tivesse o direito ao acesso ao seu bem natural.

No tocante a esta relação de homem e natureza SILVA nos diz que “A relação de apropriação e pertencimento do território, são traços marcantes na RDS Estadual Ponta do Tubarão, os povos tradicionais geralmente ocupam e usam o território e os recursos naturais, como forma de expressão cultural, social, religiosa e econômica” (2008, p.80), sendo assim, a história da RDSEPT tem um marco sócio cultural e ambiental de referência para os municípios de Macau e Guamaré/RN, a nível estadual e de Brasil.

Portanto, salientamos que é preciso haver respeito do homem para com a natureza, pois só assim poderemos viver em harmonia, a conclusão que chegamos ao final deste trabalho é que sem a responsabilidade social perante o nosso ambiente, estamos contribuindo para o seu declínio e afetando diretamente as gerações futuras. A criação da RDSEPT a partir de uma luta comunitária nos mostra que podemos cuidar de nossa natureza para o nosso próprio bem, principalmente quando partimos do princípio da sustentabilidade.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm.

Lei Estadual nº 8.349 de 18 de julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras nos Municípios de Macau e Guamaré no Rio Grande do Norte e dá outras providências. Recuperado de <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000043673.PDF>.

Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (1992). Rio de Janeiro, 1992. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013.

CUNHA, Rúbia Carlas Macedo da (2006). *Análise de potencialidades e restrições ao ecoturismo: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão-RN.* (Dissertação de Mestrado). UFRN, Natal, RN, Brasil. Recuperado em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp044980.PDF>

GUEDES, Dayane Raquel da Cruz e et AL (2017). Serviços ecossistêmicos de provisão do manguezal da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (Macau-RN). *Unicamp*. Recuperado em <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2569>.

Ministério do Meio Ambiente (2008). Avaliação das Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha. Recuperado de <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao?tmpl=component&print=1>

Ministério do Meio Ambiente (2018). Unidades de Conservação. Recuperado de <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>.

Ministério do Meio Ambiente (2012). Usos permitidos. Recuperado de <http://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/34-unidades-de-conservacao>

NOBRE, Itamar de Moraes (2005). *Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão*. (Tese de Doutorado). UFRN. Natal, RN, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13839>.

REDE CIDADÃ NO BARCO SOLIDÁRIO (2012). História da RDS Estadual Ponta do Tubarão. Recuperado de <https://sites.google.com/site/redecidadanobarcosolidario/historia-da-rds-estadual-ponta-do-tubarao>.

SILVA, Adriana Cláudia Câmara da; SILVA, Arkeley Xênia Souza da (2018). Aspectos socioeconômicos e ambiental da pesca artesanal na Reserva de Desenvolvimento Estadual Ponta do Tubarão, Macau-RN. Recuperado de <http://docplayer.com.br/11902324-Aspectos-socioeconomicos-e-ambiental-da-pesca-artesanal-na-reserva-de-desenvolvimento-estadual-ponta-do-tubarao-macau-rn.html>.

SILVA, Tiago Ezequiel da (2018). *O etnoconhecimento pesqueiro das comunidades tradicionais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN)*. (Dissertação de Mestrado). UERN, Mossoró, RN, Brasil. Recuperado de http://www.uern.br/controladepaginas/ppgeo-dissertacoes/arquivos/3645dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_final.pdf

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL (2003). RDS Ponta do Tubarão. Recuperado de <https://uc.socioambiental.org/uc/592980>. Ano 2003. Acesso em 25 de junho de 2018.